



EPF

ENSINO PROFISSIONAL DE FELGUEIRAS, LDA.

RELATÓRIO DE GESTÃO Ano Civil de 2014

I

Balanço do Ano 2014

- I.1 - Relato Genérico
- I.2 - Evolução da Atividade Formativa
- I.3 - Análise Económico-Financeiro
- I.4 - Principais Investimentos

II

Perspetivas de Evolução para o Ano 2015

- II.1 - Projetos de Formação
- II.2 - Projetos de Educativos
- II.3 - Projetos de Investimento

III

Situação Contributiva

IV

Acontecimentos Após a Data do Balanço

IV

Proposta de Aplicação de Resultados

I. BALANÇO DO ANO 2014

I.1 RELATO GENÉRICO

O ano civil de 2014 decorreu num ambiente de continuidade em termos de contenção orçamental decorrente de compromissos internacionais assumidos pelo governo da república. Nesse contexto, mantiveram-se as restrições ao nível do financiamento da educação em geral e das escolas profissionais em particular.

O ano de 2014 foi particularmente marcado por algumas condicionantes, nomeadamente:

- A EPF, Lda é uma empresa local que se rege pela Lei 50/2012, de 31 de agosto e demais legislação aplicável às empresas locais;
- O fim do quadro comunitário de financiamento limitou as oportunidades em termos de novas ofertas formativas, não possibilitando a reposição daquelas que terminaram;
- A redução gradual ao nível da oferta formativa criou alguns constrangimentos financeiros, superados, em parte, por uma política de contenção ao nível dos gastos;
- Os 4 cursos profissionais aprovados para o ano letivo 2014/2015, mantiveram os cortes aplicados aos cursos aprovados para o ano 2013/2014.
- Os recentes Cursos Vocacionais apresentam contrapartidas financeiras muito reduzidas. As tabelas propostas em relação a este tipo de formação estão fortemente sub-financiadas, não permitindo cobrir os custos reais dessas formações.

Durante o ano de 2014, a Escola manteve a sua aposta num ensino de qualidade e de exigência, consolidando a sua reputação, de escola profissional de excelência.

Os bons resultados pedagógicos, o sucesso do seu modelo educativo e formativo, assente numa forte componente prática ligada ao mundo do trabalho, têm permitido que a instituição mantenha bons níveis de captação de candidatos para a sua principal oferta formativa, -os cursos profissionais-, apesar do decréscimo de alunos no ensino secundário e do aumento de oferta formativa por parte das Escolas Secundárias do concelho.

Em termos financeiros verificou-se alguma estabilidade durante o ano de 2014 fruto da transferência atempada das contrapartidas financeiras e de uma política de contenção ao nível das despesas correntes.

Em termos pedagógicos, o ano foi marcadamente positivo. A Escola levou a cabo um conjunto de atividades e projetos que contribuíram para a consolidação do sucesso do projeto educativo.

A Escola participou, com sucesso, em vários projetos e concursos com excelentes resultados, que contribuíram para o engrandecimento da imagem da Escola e para a formação pedagógica dos seus alunos.

Os planos do projeto educativo/formativo foram executados, cumprindo-se o estabelecido em carga horária e garantindo-se a qualidade pedagógica.

Relatório de Gestão - Exercício de 2014

De assinalar o bom nível de execução do Plano Anual de Atividades (Qualificação Inicial) – documento basilar na organização da atividade escolar, que reflete uma metodologia de ensino e aprendizagem fortemente baseada em trabalho de projeto, e que voltou a apostar em projetos extracurriculares de elevada qualidade, exigência e ambição.

Das atividades desenvolvidas, destacam-se, pela significância dos resultados:

- Concurso de Acessórios de Moda integrado no evento “Namorar Portugal”

4º Edição/Vila Verde – 1º Prémio

- Concurso Internacional de criadores de Moda “Lenços dos Namorados”

11ª Edição/Vila Verde – Prémio BMCAR

- Festival Nacional de Robótica 2014

Apuramento para a Robocup 2014

- Robocup 2014 – João Pessoa (Brasil)

Participação na liga de futebol robótico júnior

- Concurso Ecocidadão – DecoJovem

1º lugar no 2º Escalão de Web séries “Por um ambiente verde”

Para lá destas distinções, o ano de 2014 viu ainda acontecer um número significativo de outras atividades/iniciativas que juntaram os esforços dos alunos e professores da escola e do qual se apresentam, a título de exemplo:

- Roboparty – 8ª Edição

- V Concurso de Espantalhos 2014

- Concurso de Presépios 2014

- Feira Quinhentista (Comemorações do Foral de Felgueiras)

- 8ª Mostra Nacional de Ciência / 22º Concurso de Jovens Cientistas

- Mestre Arnaus Animado – Mural (Rota do Românico)

- Management Open Days (Conjunto de palestras sobre temáticas como a poupança e literacia financeira ou os direitos dos consumidores)

- S. Martinho Tecnológico (apresentação dos projetos desenvolvidos ao longo do ano à comunidade educativa, contando a iniciativa com a presença dos encarregados de educação)

Foram ainda realizadas diversas sessões no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho, de modo a reforçar os conhecimentos adquiridos em contexto de sala.

Há a realçar, também, a conclusão do pacote de ofertas formativas de qualificação de adultos – Formações Modulares Certificadas, experiência da qual se faz um balanço bastante positivo, dado que a atividade se revela estratégica no que respeita à oferta formativa certificada para a população adulta ativa conducente à qualificação dos recursos humanos que se revela imperiosa no contexto regional e nacional.



I.2 EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE FORMATIVA

Apesar do ano de 2014 ter decorrido num contexto particularmente desfavorável, em termos de oferta formativa (fim de um quadro comunitário de apoio), em termos globais, a atividade formativa manteve o mesmo nível de atuação no que aos cursos profissionais diz respeito (tipologia 1.2 do POPH). As principais reduções verificaram-se relativamente à oferta formativa direcionada para os adultos, não tendo surgido durante o ano de 2014 ofertas formativas nessa área, nomeadamente cursos EFA's e Formações Modulares.

- Cursos Profissionais (Tipologia 1.2 do POPH)

a) Turmas e Curso

O número de turmas em funcionamento estabilizou nas 12 Turmas distribuídas por 8 cursos

- Técnico de Gestão/Planeamento e Produção – 3 Turmas*
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria – 3 Turmas*
- Técnico de Gestão de Equipamentos de Informáticos – 1 Turma*
- Técnico de Energias Renováveis – 1 Turma*
- Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação – 1 Turma
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores – 1 Turma
- Técnico de Multimédia – 2 Turma

*As turmas que frequentaram os 3ºs anos dos referidos cursos terminaram o seu ciclo de formação em julho de 2014, tendo iniciado 4 novas turmas em setembro de 2014 para um novo ciclo formativo de três anos:

- Técnico de Gestão – Planeamento e Produção
- Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
- Técnico de Eletricista de Instalações

b) Alunos

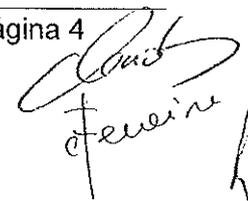
Seguindo a linha ascendente dos anos anteriores, continuou o aumento do número de formandos. Atualmente, o Corpo Discente acolhe cerca de 293 alunos.

c) Número de Horas

O Volume de formação anual médio, nesta tipologia, ronda as 282.908 horas de formação (horas formação x n.º formandos).

d) Taxas de conclusão

As turmas finalistas em Julho de 2014 apresentaram as seguintes taxas de conclusão:





Relatório de Gestão - Exercício de 2014

- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos
90% de conclusão - 18 alunos diplomados
- Técnico de Gestão / Planeamento e Produção
95% de conclusão - 21 alunos diplomados
- Técnico de Energias Renováveis
79 % de conclusão - 15 alunos diplomados
- Técnico de Desenho de Calçado e Marroquinaria
100 % de conclusão - 22 alunos diplomados

e) Empregabilidade

Malgrado o contexto socioeconómico nacional desfavorável e particularmente adverso à inserção dos jovens no mercado de trabalho, as taxas de empregabilidade dos nossos formandos finalistas mantiveram elevado desempenho, atingindo os seguintes valores:

- Técnico de Gestão/Planeamento e Produção - 64% de empregabilidade (dos quais 93% no mercado de trabalho e 7% no ensino superior)
- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos - 75% de empregabilidade (dos quais 100% no mercado de trabalho e 0% no ensino superior)
- Técnico de Design de Calçado e Marroquinaria - 82% de empregabilidade (dos quais 94% no mercado de trabalho e 6% noutras formações)
- Técnico de Energias Renováveis - 84% de empregabilidade (dos quais 81% no mercado de trabalho e 19% no ensino superior)

Os resultados finais alcançados são assinaláveis e compensadores, pois espelham um esforço coletivo, o empenho e persistência dos formadores e demais equipa pedagógica da escola.

O esforço de manutenção de taxas elevadas de conclusão dos cursos continua a apresentar-se como condição necessária à ação educativa, dado o peso fundamental deste parâmetro no processo de avaliação externa da entidade, perante as suas entidades tutelares, fazendo parte integrante da contratualização de resultados que é anualmente formalizada entre as partes.

Realça-se mais uma vez que a escola pauta a sua intervenção por uma atitude proativa, colaborante e contínua no acompanhamento dos formandos que ainda não concluíram os seus percursos formativos, visando o sucesso educativo pleno.

- Cursos de Educação-Formação de Jovens (Tipologia 1.3 do POPH)

a) Curso de Educação-Formação (CEF) de Tipo 2

Nesta tipologia tivemos a funcionar uma turma na área de Eletricista de Instalações (funcionou até julho de 2014). Esta tipologia de ensino tem vindo a ser substituída pelos Cursos Vocacionais.



Relatório de Gestão - Exercício de 2014

b) Alunos

O curso envolveu 21 formandos.

c) Número de Horas

O volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 13.695 Horas de formação (horas formação x n.º formandos)

d) Taxa de conclusão

A turma finalista em 2014, apresentou uma taxa de conclusão de 95% em termos de certificação escolar (20 formandos) e 95% em termos de certificação profissional (20 formandos).

e) Empregabilidade

A turma finalista em 2014 alcançou o 100% de empregabilidade (20% na progressão de estudos no ensino profissional e 80% no mercado de trabalho)

- FCM's – Formação Modulares Certificadas (Tipologia 2.3 do POPH)

a) Unidades de Formação

Nesta tipologia de Formação, foram executadas as últimas horas de formação relativas a um projeto que se encontrava em execução desde 2013:

- 1 Projeto de FMC's/Componente Tecnológica para 27.500 horas de formação (horas formação x n.º formandos)

b) Alunos

As ações envolveram, no período em análise, 111 adultos, em regime pós-laboral

c) Número de horas

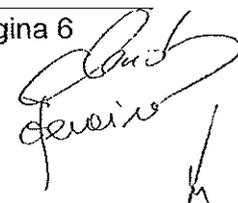
No período em apreço registou-se um volume de formação de 3.500 horas (horas formação x n.º formandos).

No final do projeto registaram-se 27.437 horas de volume de formação que corresponde a 99% do total das horas aprovadas neste projeto.

- Cursos Vocacionais

a) Curso Vocacional Básico

Em julho 2014 o curso vocacional básico - Curso Vocacional – Calçado, Comércio/Logística, Serralharia /Metalúrgica - concluiu o primeiro ano de formação tendo continuado a formação a partir de setembro de 2014. Em setembro de 2014 iniciou mais um curso Vocacional Básico – Curso Vocacional – Calçado, Multimédia e Eletricidade.



Relatório de Gestão - Exercício de 2014

b) Alunos

- Cursos Vocacional – Calçado, Comércio/Logística, Serralharia /Metalúrgica – 20 alunos
- Cursos Vocacional – Calçado, Multimédia e Eletricidade – 23 alunos

c) Número de Horas

O Volume de formação anual médio nesta tipologia, ronda as 32.320 Horas de formação (horas formação x n.º formandos).

d) Taxa de conclusão

Ainda não existem cursos finalistas

e) Empregabilidade

Não existe ainda historial.

I.3 ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRO

I.3.1 – Custos Elegíveis e Reembolsos

Atendendo à origem da oferta formativa ministrada no exercício, mantém-se a quase exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS). Assim, em termos de dossier final da formação co-financiada e comparando-a a igual período do exercício anterior, a situação a 31 de dezembro de 2014 apresenta a seguinte expressão:

QUADRO I - A
CURSOS PROFISSIONAIS – TIPOLOGIA 1.2/POPH

	2014	2013
Despesa Executada do período janeiro-agosto	896.815,12 €	850.080,87 €
Despesa Executada do período setembro-dezembro	466.554,69 €	460.461,89 €
Total	1.363.369,81 €	1.310.542,76 €
Reembolsos Pagos	964.621,41 €	850.080,87 €
Valor Total por Reembolsar	398.748,40 €	460.461,89 €

QUADRO I - B
CURSOS DE EDUCAÇÃO-FORMAÇÃO - TIPOLOGIA 1.3/POPH

	2014	2013
Despesa Executada do período janeiro-agosto	34.983,08 €	70.350,01 €
Despesa Executada do período setembro-dezembro		35.855,22 €
Total	34.983,08 €	106.205,23 €
Reembolsos Pagos	34.983,08 €	70.350,01 €
Valor Total por Reembolsar	0,00 €	35.855,22 €

QUADRO I - C
FMC - TECNOLÓGICA - TIPOLOGIA 2.3/POPH

	2014	2013
Despesa Executada do período janeiro-março	12.730,62 €	144.769,90 €
Reembolsos Pagos	12.730,62 €	109.720,36 €
Valor Total por Reembolsar	0,00 €	35.049,54 €

QUADRO I - D
CURSOS VOCACIONAIS

	2014	2013
Despesa Executada do período janeiro-dezembro	65.637,33 €	17.695,67 €
Reembolsos Pagos	65.637,33 €	0,0 €
Valor Total por Reembolsar	0,00 €	17.695,67 €

QUADRO I-E
SITUAÇÃO FINAL DE REEMBOLSOS POR RECEBER

	2014	2013
Reembolsos POPH 1.2 - Cursos Profissionais	398.748,40 €	460.461,89 €
Reembolsos POPH 1.3 - Cursos de Educação-Formação	0,00 €	35.855,22 €
Reembolsos POPH 2.1 - RVCC/Centro Novas Oportunidades	0,00 €	20.159,73 €
Reembolsos POPH 2.3 - FMC TECNOLÓGICAS	0,00 €	35.049,54 €
CURSOS VOCACIONAIS	0,00 €	17.695,67 €
SITUAÇÃO FINAL Reembolsos a Favor da EPF	398.748,40 €	569.222,05 €

*Relatório de Gestão - Exercício de 2014***1.3.2 – Análise Resultado, Rendimentos e Gastos**

A principal rubrica dos rendimentos, os Subsídios à Exploração, provenientes na sua grande maioria do POPH/OSS, diminuíram cerca de 9% face ao ano anterior, correspondendo a uma redução que ronda os 146.831,00€.

A diminuição dos subsídios representa uma tendência desde 2012, fruto da redução da oferta formativa. Apesar da redução dos rendimentos, não se verificou uma redução na mesma proporção relativamente aos gastos. Desse desajustamento, resultou um prejuízo de 152.274,00€ em 2013.

Durante o ano 2014, procurou-se inverter esse desequilíbrio, através de medidas de contenção/racionalização ao nível dos gastos correntes e investimentos. Em grande parte devido a essas medidas, resultou uma redução dos prejuízos em cerca de 136.114,00€, isto apesar da redução dos subsídios no montante de 146.831,00€.

O resultado líquido do período, negativo no montante de 16.160,97€, resulta da diferença entre o total dos rendimentos no montante de 1.504.494,34€, do total dos gastos no montante de 1.518.890,09€ e da estimativa de IRC no montante de 1.765,22€. Esse resultado, foi influenciado negativamente pela criação de uma provisão para processos judiciais, no valor de 70.000,00€. Apesar do nível de incerteza subjacente aos processos judiciais, entendemos por bem, por uma questão de prudência, provisionar eventuais riscos futuros.

Se expurgamos essa provisão, a sociedade teria apresentado um resultado líquido do período positivo, em cerca de 50.000,00€.

De seguida descrevemos as duas principais contas de gastos e a sua evolução.

Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal ascenderam em 2014 ao montante de 873.228,16€, face aos 949.803,67€, realizados em 2013, correspondendo a uma média de 35 colaboradores.

Verificou-se uma redução nos gastos com o pessoal no montante de 76.575,51€.

Essa redução deveu-se, em parte, à redução do número de colaboradores e não foi mais expressiva devido à redução dos cortes nos salários em 2014 e do pagamento de indemnizações a 5 colaboradores.

Relatório de Gestão - Exercício de 2014

Fornecimentos e Serviços Externos

Durante o ano de 2014 verificou-se uma redução de 224.122,01€, face ao ano de 2013.

Em 2014: 541.743,58€

Em 2013: 765.865,59€

Mapa de Análise Comparativa dos gastos mais relevantes

Contas	Exercícios		Variação %
	2014	2013	
Honorários (1)	86.337,37€	178.745,71€	-51%
Deslocação e estadas (2)	140.879,59€	161.251,01€	-12%
Serviços especializados	21.645,80€	30.402,36€	-28%
Material pedagógico (3)	8.041,72€	37.111,23€	-81%
Comunicação (4)	9.708,19€	15.635,93€	-37%
Combustíveis (5)	3.323,65€	6.233,24€	-46%
Outros serviços Bolsas de Formandos (6)	24.502,65€	24.622,82€	0%
Outros Serviços Alimentação – Formandos (7)	208.283,30€	245.780,37€	-15%

Da análise do quadro anterior, relevam-se as seguintes notas:

- (1) Redução significativa dos honorários, resultante da diminuição do recurso a formadores externos e outros profissionais (em parte devido à redução das formações modulares);
- (2) As despesas de deslocação dizem sobretudo respeito aos passes dos formandos.
- (3) Verificou-se uma diminuição do material pedagógico devido em parte à redução da oferta formativa e de uma política de contenção relativamente a este tipo de despesa.
- (4) A redução ao nível dos gastos com comunicação deve-se em grande parte à renegociação dos contratos com as operadoras de comunicação.
- (5) A redução dos consumos de combustíveis está associada à redução da oferta formativa e à introdução de algumas regras no uso das viaturas da sociedade.
- (6) O direito à “bolsa de formação” está associado ao escalão do abono de família.
- (7) A rubrica “Outros Serviços Alimentação dos formandos” depende do n.º de alunos que recorrem ao serviço de alimentação.

*Relatório de Gestão - Exercício de 2014***I.3.3 – Aplicação do Princípio de Continuidade**

As contas do presente exercício estão em linha com o princípio de continuidade subjacente ao dos anos anteriores.

Esta posição aparece agora reforçada com a Proposta de Lei n.º/XII, da presidência do Conselho de Ministro, que aguarda aprovação pela Assembleia da República, que visa alterar, entre outras, a Lei 50/2012, de 31 de agosto. De acordo com essa proposta, deixa de ter aplicação a limitação prevista na alínea a) e b) do art.º 62.º da referida Lei., visando assim clarificar o alcance do conceito de subsídio à exploração, para efeitos de dissolução de empresas locais, limitando-se o valor dos subsídios aos atribuídos pelas entidades públicas participantes. Por outro lado, a situação prevista na al a) do n.º 1 do art.º 62.º, também deixa de ter aplicação relativamente às empresas municipais que exercem a título principal, a atividade de formação profissional.

Deste modo, em face da referida proposta, estarão reunidas todas as condições previstas na lei para que seja revista, pelos sócios, a decisão de dissolução e consequente liquidação da sociedade.

I.4 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

No capítulo dos investimentos, realizou-se a aquisição de uma nova central telefónica, no valor de 2.064,06€.

Relativamente aos equipamentos informáticos e outros equipamentos ligados à actividade pedagógica, realizaram-se gastos com a aquisição de novos componentes por forma a melhorar o desempenho dos mesmos, evitando, deste modo, a ter de recorrer a aquisição de novos equipamentos.

II. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO – ANO 2015

II.1 PROJETOS DE FORMAÇÃO

A Escola Profissional de Felgueiras, apresentou a seguinte proposta de formação para o ano letivo de 2015/2016, à DGESTE:

Formação de Nível IV – Cursos Profissionais

- 1 turma – Técnico de Gestão Planeamento e Produção
- 1 turma – Técnico de Desenho Calçado e Marroquinaria
- 1 turma – Técnico de Eletrónica, Automação e computadores
- 1 turma – Técnico de Eletrotecnia
- 1 turma – Técnico de Vendas
- 1 turma – Técnico de Multimédia
- 1 turma – Técnico de Manutenção de máquinas de calçado e marroquinaria

Cursos EFA

- Nível B3 – Agente de Geriatria – Laboral - 762191
- Nível S3 – Tipo A
 - Técnico de apoio à gestão - 345033
 - Técnico de Modelação - 481041
 - Técnico de Informática - 542317
- EFA Escolar

Em breve iniciará um período de negociação que envolverá a Câmara Municipal de Felgueiras, a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa e a tutela.



Relatório de Gestão - Exercício de 2014

Outros projetos/formações

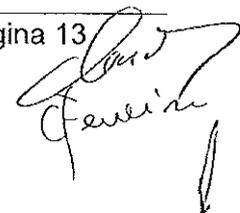
Ações de Formação Auto-financiadas - A entidade criou um pacote formativo em áreas do domínio da escola, por forma a corresponder às necessidades do tecido empresarial, nomeadamente para apoiar o cumprimento das obrigações formativas previstas no Código do Trabalho.

Prestação de Serviços G-Tek – Através do seu Gabinete Técnico, a entidade manterá a sua disponibilidade para a prestação de serviços audiovisuais e multimédia, cujas verbas constituirão receita privativa da instituição.

Curso Técnico Superior Profissional – A sociedade assinou três protocolos de colaboração com a ESTGF/IPP, no âmbito do Curso Técnico Superior Profissional.

Outros Projetos com Dimensão Formativa - Na prossecução da sua missão, a entidade manter-se-á atenta às oportunidades que venham a surgir no decorrer do ano civil de 2015, que se apresentem consentâneas com o seu perfil e atividade e se revelem pertinentes para o desenvolvimento do seu projeto estratégico. A Escola estará particularmente atenta ao papel da CIM do Tâmega e Sousa, na medida em que caberá a essa comunidade algumas responsabilidades no que concerne à melhoria das qualificações dos recursos humanos da região. Eventualmente também poderão surgir oportunidades de formação, fruto no nosso relacionamento com a Adersousa.

CQEP – Em outubro de 2013 foi aprovado pela Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, um Centro de Qualificação e Ensino Profissional para a Escola Profissional de Felgueiras. O CQEP destina-se a todas as pessoas que procuram uma qualificação, tendo em vista o prosseguimento de estudos e/ou uma transição/reconversão para o mercado de trabalho. Apesar de existirem ainda algumas indefinições, sobretudo ao nível dos apoios financeiros a conceder a este tipo de estrutura, prevemos que venham a surgir oportunidades em termos de oferta formativa, por forma a que esses centros possam cumprir os objetivos para os quais foram criados.



II.2 PROJETOS EDUCATIVOS

Para a consecução dos objetivos do Projeto Educativo e nomeadamente para fomentar e consolidar os planos curriculares de cada curso, foi elaborado o Plano Anual de Atividades da Escola para 2014/2015.

O Plano Anual de Atividades (PAA) é um documento orientador no quadro da organização da Escola Profissional de Felgueiras, um referencial de divulgação das dinâmicas desenvolvidas no meio escolar de e para a comunidade educativa. É um instrumento de trabalho que visa, junto dessa comunidade, dar a conhecer, programar e executar as atividades que se desenvolvem na escola ao longo do ano.

Este plano contextualiza as diversas atividades a desenvolver ao longo do ano letivo 2014/2015, com objetivos pedagógicos, em articulação com o Projeto Educativo e Projeto Curricular da Escola, documentos que definem a orientação conceitual da atuação pedagógica da escola, tanto na sua componente curricular como em todas as atividades de complemento e enriquecimento curriculares ou extracurriculares.

Do projeto educativo para o período de 2015, destacam-se as seguintes atividades:

- Jornadas Técnicas – cujo objetivo fundamental é a aproximação da escola com a realidade do mundo de trabalho;
- Sessões formativas em unidades empresariais, sociais e culturais, por forma a estabelecer contato com realidades da sociedade;
- Participação em concursos, de caráter técnico e tecnológico com o objetivo de fomentar a competição saudável entre os alunos, e elevar a qualidade dos trabalhos realizados, possibilitando trocas de experiências com outros projetos educativos, nomeadamente: Concurso e desfile de acessórios Namorar Portugal; Roboparty2015; Young Business Talent, concurso Green Chef-Deco; Concurso Fundação Ilídio Pinho;
- Five O’Clock, TEA – Com a finalidade de promover a Língua inglesa e envolver os alunos numa iniciativa marcada pela divulgação da cultura inglesa e dos seus rituais tradicionais;
- Diversas iniciativas na área socio-cultural – idas ao teatro, museus, comemoração do Dia das Línguas;
- Atividades desportivas que visam estabelecer momentos de saudável convívio, despertando nos jovens o gosto pelas práticas desportivas que são fundamentais para o bem estar físico e mental;
- Campanhas de sensibilização e informação sobre temáticas ligadas às drogas, tabaco, álcool, alimentação, saúde e ambiente;
- Celebração de datas como o S. Martinho, Natal ou convívio de final de ano, como forma de cimentar o espírito de grupo e fortalecer as relações inter-pessoais de todos os elementos da comunidade educativa;
- Participação na Descalço’2015, uma organização conjunta da Escola Profissional de Felgueiras, Câmara Municipal de Felgueiras e ACLEM, fomentando a envolvência da comunidade educativa

com o tecido empresarial e permitindo a divulgação dos trabalhos criativos dos nossos alunos numa mostra do que de melhor se produz na área do calçado da região.

Para além dessas atividades, serão desenvolvidos esforços no sentido de uma maior aproximação com o tecido empresarial, reforçando a nossa imagem e procurando novas formas de colaboração.

II.3 PROJETOS DE INVESTIMENTO

RECURSOS TÉCNICOS E MATERIAIS

Os recursos técnicos e materiais existentes respondem globalmente às necessidades formativas. Contudo, tendo em conta as restrições financeiras existentes, dever-se-ão realizar investimentos que potenciem a melhoria da qualidade do processo de ensino/aprendizagem.

Deste modo, e respeitando a estratégia existente, a Escola deverá manter o princípio de investimentos regulares na atualização e reforço de equipamentos, dando prioridade aos investimentos em recursos técnicos diretamente afetos à área formativa.

A principal necessidade, em termos de investimento, continua a ser o edifício escolar. As atuais infraestruturas escolares, com mais de três décadas de utilização, começam a apresentar sinais de degradação, nomeadamente ao nível das coberturas.

Os protocolos assinados com a ESTGF/IPP, no âmbito do curso Técnico Superior Profissional, obrigarão a Escola a efectuar um reforço no número de salas, agora em número insuficientes para dar respostas aos novos desafios.

Deste modo, considera-se que o projecto de **NOVAS INSTALAÇÕES** para a EPF, deve ser assumido como projeto prioritário e premente, para um futuro duradouro e sustentável deste estabelecimento de ensino.

III. SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

A empresa, não tem, na presente data, em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações nem a quaisquer outras Entidades Públicas.

IV. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Conforme foi referido no ponto 1.3.3, prevê-se a aprovação da Proposta de Lei n.º/XII, que visa alterar a Lei 50/2012, de 31 de agosto.

Caso a referida proposta venha a ser aprovada, deixarão de existirem razões para a dissolução e consequente liquidação da sociedade, permitindo, desta forma, à Escola Profissional de Felgueiras, manter a normalidade existente, em termos de funcionamento.

V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos dos artigos 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte Aplicação de Resultados:

Face aos resultados do exercício que apresentam um saldo negativo, no valor de 16.160,97€ (dezasseis mil cento e sessenta euros e noventa e sete cêntimos), propomos a seguinte aplicação:

- Transferência do prejuízo no montante de 16.160,97€ (dezasseis mil cento e sessenta euros e noventa e sete cêntimos) para Resultados Transitados, para serem cobertos por lucros de exercícios posteriores.

NOTA FINAL

Em sede de encerramento deste exercício, aproveitamos a oportunidade para agradecer aos sócios, a confiança depositada no nosso trabalho, bem como agradecer a colaboração dos nossos Fornecedores, Instituições Financeiras, Técnico Oficial de Contas, Revisor Oficial de Contas e demais entidades que contribuíram ativamente para o nosso desempenho ao longo do ano de 2014.

Um agradecimento especial aos colaboradores que, apesar das dificuldades inerentes à formação dos jovens nos tempos atuais, desempenharam com empenho e dedicação a prossecução do projeto da Escola, contribuindo assim para que esta mantenha os níveis de qualidade que a caracteriza.

Felgueiras, 12 de março de 2015

Escola Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

Jose Carvalho Mendes
Carminha Paula Oliveira Ferreira
Alfonso Mendes



ANEXO

REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento inclui os elementos definidos pela portaria n.º 986/2009, de 7 de Dezembro – Série I – n.º 173.

A leitura deste documento é complementar às seguintes peças contabilísticas anexas a este documento:

1. Balanço
2. Demonstração de Resultados
3. Mapa das alterações de Capital Próprio
4. Fluxos de Caixa

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A EPF – Ensino Profissional Felgueiras, Lda. é uma sociedade por quotas, constituída a 30/07/1999, com sede na Rua dos Bombeiros Voluntários, 4610-165 Felgueiras, e tem como actividade principal a de ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante, de acordo com o regime estabelecido pelo D.L. n.º 92/2014, de 20 de Junho.

O capital social é representado por 2 quotas, uma com valor nominal de 372.240,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823, e outra quota no valor nominal de 3.760,00 Euros pertencente a Srª Paula Cristina Moreira Marques Dantas, nif 186 822 162. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

As contas do presente exercício mantiveram o princípio da continuidade observado no ano de 2012 e 2013. Esta posição é reforçado em virtude de se prever a aprovação da Proposta de Lei n.º/XII, que visa alterar a Lei 50/2012, de 31 de agosto. De acordo com esta proposta deixa de ter aplicação a limitação prevista na alínea a) e b) do art.º 62.º da referida Lei. Vem a referida proposta também clarificar o alcance do conceito de subsídio à exploração, para efeitos de dissolução de empresas locais; Relativamente à situação prevista na al a) do n.º 1 do art.º 62.º que também deixa de ter aplicação relativamente às empresas municipais que exercem a título principal, a actividade de formação profissional. Deste modo, em face da referida proposta, será expectável que deixem de existir razões para a dissolução e consequente liquidação da sociedade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções considerando-se que as mesmas reflectem todas as questões materialmente relevantes do decurso da actividade da empresa.

3.1.5. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

3.2 – POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método "da linha rectal", em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com o Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 Janeiro de 1990.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	5-16
Equipamento básico	2-6
Equipamento de transporte	3-5
Equipamento administrativo	3-6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3-8

Em face dos valores líquidos de imobilizado e da análise à vida útil remanescente dos bens constantes dos referidos activos tangíveis, optou-se pela aplicação das taxas mínimas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 Janeiro de 1990.

3.2.2.– ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa, corrigido de acordo com o quadro 07 da MOD 22 e englobando respectivas tributações autónomas.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo médio ponderado.

3.2.5. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
 - É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
 - Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- Os proveitos relativos a prestações de serviços são reconhecidos líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.2.6. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem; Especificamente nesta empresa, os subsídios recebidos pelo POPH, são reconhecidos como rendimento na medida da compensação directa de custos quando os mesmos são directamente alocados e através de duodécimos sempre que estes se destinam À compensação de custos gerais (nomeadamente pessoal, docente e não docente) e restantes custos de laboração da empresa.

3.2.7. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

A constituição das provisões, nomeadamente as provisões processos judiciais em curso, tem subjacente a informação disponibilizada pela gerência e respectiva circularização com o advogado, Dr. Luís Lhamas.

3.2.8. – CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos

3.2.9. – CLIENTES E DIVIDAS DE TERCEIROS

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

3.2.10. – CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) actividades operacionais; (2) actividades de financiamento; e (3) actividades de investimento. As actividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de imposto sobre o rendimento e de impostos indirectos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas.

3.2.11. – CONTAS A PAGAR

As contas a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.2.11. – EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Em períodos subsequentes os empréstimos são registados pelo custo amortizado, sendo a diferença entre os montantes recebidos e o valor a pagar, reconhecida na demonstração dos resultados durante o período de vida dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

3.2.12. – JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADA A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o exercício de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou estimativas relevantes, sendo preparado e apresentado as demonstrações financeiras do exercício findo, sob a óptica do princípio da continuidade.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Activos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha recta, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

3.2.13. – ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.14. – ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

No decurso do período findo em 31 de Dezembro de 2014 não foram efectuados quaisquer correcções de erros ou de estimativas.

NOTA 5. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário e de outros financiamentos de curto prazo, e detalha-se como segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Numerário	194,71	556,03
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	241.321,24	2.249,32
Aplicações de tesouraria		
	<u>241.515,95</u>	<u>2.805,35</u>

NOTA 6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 30 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

31/12/2014

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.147,23	696.486,62	90.355,79		65.524,89	93.768,08		1.057.282,61
Aquisições						2.064,06			2.064,06
Alienações Transferências e abates		112,25	13.964,51			913,45	6.465,89		21.456,10
Regularizações									
Saldo final		111.034,98	682.522,11	90.355,79		66.675,50	87.302,19		1.037.890,57
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		79.344,20	676.299,04	87.168,64		61.805,25	87.942,29		992.559,42
Depreciações do exercício		4.923,39	7.225,54	2.383,35		1.116,98	742,86		16.392,12
Perdas por imparidade do exercício									
Reversões de perdas por imparidade									
Alienações		112,25	13.964,95			913,45	6.192,39		21.183,04
Transferências e abates									
Regularizações									
Saldo final		84.155,34	669.559,63	89.551,99		62.008,78	82.492,76		987.768,50
Activos Ilíquidos									
		26.879,48	12.962,48	803,80		4.666,72	4.809,43		50.122,07

31/12/2013

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento o transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Total
Activo Bruto									
Saldo inicial		111.147,23	687.096,32	90.355,79		65.524,89	90.990,47		1.045.114,70
Aquisições			9.390,30				2.777,61		12.167,91
Alienações Transferências e abates									
Regularizações									
Saldo final		111.147,23	696.486,62	90.355,79		65.524,89	93.768,08		1.057.282,61
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade									
Saldo inicial		59.782,40	649.412,82	78.196,08		58.470,85	86.083,15		931.845,30
Depreciações do exercício		19.561,96	26.905,10	8.972,57		3.315,23	1.859,26		60.614,12
Perdas por imparidade do exercício									
Reversões de perdas por imparidade									
Alienações									



Transferências
e abates

Regularizações

Saldo final	79.344,36	676.317,92	87.168,65	61.786,08	87.942,41	992.559,42
Activos líquidos	31.802,87	20.168,70	3.187,14	3.738,81	5.825,67	64.723,19

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, não houve movimentos relevantes ocorridos nas rubricas dos Activos Fixos Tangíveis

NOTA 7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos investimentos financeiros, foi o seguinte:

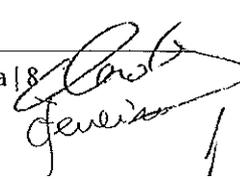
31/12/2014							
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				150,00			150,00
Aquisições					157,77		157,77
Alienações Transferências e abates							
Regularizações							
Saldo final				150,00	157,77		307,77

31/12/2013							
	Invest Subsidiárias	Invest. Associadas	Invest. Ent. Control.	Invest. Outras Emp.	Out. Investim. Fin	Perdas por Imparidade	Total
Saldo inicial				150,00			150,00
Aquisições							
Alienações Transferências e abates							
Regularizações							
Saldo final				150,00			150,00

NOTA 8. INVENTARIOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, os inventários da empresa detalham-se conforme se segue:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	590,94		590,94	621,73		621,73
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Outras regularizações						
	590,94		590,94	621,73		621,73



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é detalhado conforme segue:

	31/12/2014		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	621,73		621,73
Compras	10.806,18		10.806,18
Regularizações			
Saldo final	590,94		590,94
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10.836,97		10.836,97

	31/12/2013		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	445,45		445,45
Compras	12.847,82		12.847,82
Regularizações			
Saldo final	621,73		621,73
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12.671,54		12.671,54

NOTA 9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO

Em 31 de Dezembro de 2014, a informação relativa a subsídios obtidos do governo é como segue:

Subsídio	31/12/2014				
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.386.956,29	964.621,41	263.135,83	1.363.369,81	23.586,48
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e Formação	36.806,27	34.983,08		34.983,08	1.823,19
POPH – Tipologia 2.3 Formações Modulares Certificadas	33.111,60	12.730,62		12.730,62	20.380,98
Cursos Vocacionais	65.637,33	67.304,33		65.637,33	
	1.522.511,49	1.079.642,44	263.135,83	1.476.720,84	45.790,65

Subsídio	31/12/2013				
	Montante total atribuído	Montante recebido	Montante a receber	Rédito acumulado	Montante por utilizar
POPH – Tipologia 1.2 Cursos Profissionais	1.310.542,76	850.080,87	460.461,89	1.310.542,76	
POPH – Tipologia 1.3 Cursos Educação e Formação	106.205,23	70.350,01	35.855,22	106.205,23	
POPH – Tipologia 2.1	36.562,60	0,00	36.562,60	36.562,60	

Cursos Educação e Formação

POPH – Tipologia 2.2 Formações Modulares Certificadas	168.143,50	133.093,96	35.049,54	168.143,50
Cursos Vocacionais	17.695,67	0,00	17.695,67	17.695,67
	<u>1.639.149,76</u>	<u>1.053.524,84</u>	<u>585.624,92</u>	<u>1.639.149,76</u>

- Não se estimam diferenças significativas entre o justo valor das dívidas a receber e o seu valor nominal.

NOTA 10. IMPOSTOS SOBRE RENDIMENTOS

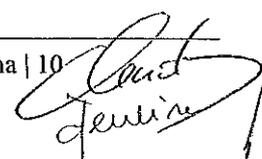
A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa de 17,00%-23,00%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Resultado antes de impostos	-14.395,75	-147.193,85
Taxa nominal de imposto	17% - 23%	25%
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Imposto esperado		
Diferenças permanentes		
Benefícios fiscais		
Mais valias contabilísticas		
Mais valias fiscais		
Prejuízos fiscais dedutíveis		
Provisões não consideradas para efeitos fiscais		
Perdas e reversões por imparidade		
Outras situações, líquidas		
Diferenças temporárias		
Mais valias contabilísticas		
Provisões não consideradas para cálculo dos impostos diferidos		
Perdas e reversões por imparidade		
Depreciações não aceites como custo fiscal		
Desreconhecimento de inventários		
Outras situações, líquidas		
Ajustamentos à colecta – tributação autónoma	1.765,22	3.967,86
Ajustamentos à colecta – derrama	0,00	0,00
Ajustamentos de conversão		
Outros efeitos		
Imposto sobre o rendimento do período	<u>1.765,22</u>	<u>3.967,86</u>
Taxa efectiva de imposto		
Imposto corrente	1.765,22	3.967,86
Imposto diferido gerado no exercício	0,00	1.112,29
	<u>1.765,22</u>	<u>5.080,15</u>

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2011 a 2014 podem ser sujeitas a revisão.



Entende-se que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014.

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de activos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 são detalhadas conforme se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
ACTIVOS FINANCEIROS		
Contas a receber de terceiros	398.748,40	585.624,92
Clientes	5.189,95	1.300,60
	<u>403.937,45</u>	<u>586.925,52</u>
PASSIVOS FINANCEIROS	31/12/2013	31/12/2013
Fornecedores	29.009,31	109.819,51
Financiamentos Obtidos	100.000,00	108.714,59
Outras contas a pagar a terceiros	247.482,56	163.946,88
	<u>376.491,87</u>	<u>382.480,98</u>

A empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua actividade, dos quais merecem destaque:

- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com actividade operacional da empresa;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A gerência e o departamento financeiro asseguram a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria e da gestão do risco de contraparte da empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de crédito

O risco de crédito era muito reduzido visto que as receitas advêm quase exclusivamente de Fundos Comunitários e Públicos.

Em 31 de Dezembro de 2014, é convicção que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é detalhada conforme segue:

Clientes	31/12/2014			31/12/2013		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido	725,44		725,44			

Vencido:				
0-30 dias				
30-90 dias	2.028,15	2.028,15		
90-180 dias			1.300,60	1.300,60
180-360 dias	2.436,36	2.436,36		
> 360 dias			2.541,00	2.541,00
	<u>5.189,95</u>	<u>5.189,95</u>	<u>3.841,60</u>	<u>1.300,60</u>

Risco de liquidez

Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para actividades operacionais e de financiamento, os investimentos e o reembolso de dívida.

A gerência/departamento financeiro debate-se permanentemente com dificuldades de equilíbrio de tesouraria consequência da exclusiva dependência de receitas oriundas dos Fundos Comunitários (FSE/POPH) e dos Fundos Públicos (OSS) cujas transferências de verbas sofrem longos e constantes atrasos, contribuindo também para esta situação as fortes contenções do Orçamento Nacional.

Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Não vencido	28.919,68	76.442,19
Vencido:		
0-30 dias	89,63	25.868,30
30-90 dias		7.501,81
90-180 dias		47,97
180-360 dias		
> 360 dias	<u>29.009,31</u>	<u>109.860,27</u>

NOTA 12. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ACTIVOS	31/12/2014	31/12/2013
Outros Gastos a Reconhecer	4.830,67	6.205,03
	<u>4.830,67</u>	<u>6.205,03</u>

NOTA 13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas "Adiantamentos de clientes" e "Adiantamentos a fornecedores" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2014	31/12/2013
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	442,91	40,76
	442,91	40,76

NOTA 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas				
Pagamentos por conta			3.342,88	
Pagamentos especiais por conta	1.000,00		1.000,00	
Estimativa de imposto		1.765,22		3.967,86
Retenção na fonte				
Retenções de imposto sobre rendimento			302,22	
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares		9.543,90		15.537,30
Sobretaxa		533,73		
Imposto sobre o valor acrescentado		543,16		90,85
Contribuições para a Segurança Social		12.978,00		19.793,53
Caixa geral aposentações		2.848,35		
Outros				
	1.000,00	28.212,36	4.645,10	39.389,54

NOTA 15. RÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 a rubrica "Vendas e serviços prestados" apresentava a seguinte composição:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados	Mercado nacional	Mercado comunitário	Outros mercados
Vendas:						
Mercadorias						
Produtos acabados						
Prestações de serviços:						
Rec.Próprias Secretaria				400,00		
Rec.Projetos Formação						
Receitas - Gtek	4.219,47			2.341,66		
	4.219,47			2.741,66		

NOTA 16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Serviços Especializados	21.645,81	30.402,36
Publicidade e Propaganda	1.180,80	7.639,53
Vigilância e Segurança	432,96	246,00
Honorários	86.337,37	178.745,71
Conservação e Reparação	2.786,13	9.613,40
Serviços Bancários	1.446,93	82,98
Ferramentas Utensílios Desgaste Rápido	0,00	683,01
Livros e Documentação Técnica	0,00	121,77
Material Escritório	10.102,64	16.786,93
Ofertas	668,61	20,00
Materia Pedagógico	8.041,72	37.111,23
Electricidade	108,62	296,96
Combustíveis	3.323,65	6.223,24
Água	1.225,91	1.693,91
Deslocações e Estadas	140.879,59	161.251,01
Desl. Formados	140.609,98	158.009,84
Aloj. Formandos	0,00	3.041,17
Outras	269,61	200,00
Rendas e Alugueres	6.061,78	7.820,28
Despesas Postais	416,87	611,99
Telefone/Internet	9.708,19	15.635,93
Seguros	1.124,19	5.296,45
Viaturas	1.124,19	1.713,01
Outros	0,00	3.583,44
Contencioso e Notariado	1.654,10	857,23
Despesas Representação	304,14	474,84
Limpeza, Higiene e Conforto	2.237,82	5.034,79
Outros Serviços	242.055,75	279.216,04
Imprensa/Revistas	174,80	288,82
Desp c/ out Activ.	4.637,98	891,94
Bolsas	24.502,65	24.622,82
Aliment. Formandos	208.283,30	245.780,37
Out. Desp. c/Formandos	2.306,93	4.999,47
Portagens e Estacionamento	494,40	920,85
Diversos	1.655,69	1.711,77
TOTAL FSE	541.743,58	765.865,59



NOTA 17. GASTOS COM O PESSOAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 detalha-se da seguinte forma:

	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais	44.425,65	50.881,88
Remunerações do Pessoal	655.190,46	725.463,91
Indemnizações	17.127,24	0,00
Encargos sobre Remunerações	148.846,93	162.035,91
Seguros Acidentes Trabalho	7.464,34	10.677,47
Gastos Acção Social	24,25	569,80
Outros	149,29	174,70
TOTAL GASTOS PESSOAL	873.228,16	949.803,67

O Revisor Oficial de Contas facturou a título exclusivo de serviços de fiabilidade o montante de 4.920,00€.

Nº de trabalhadores ao serviço: 35

NOTA 18. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

O detalhe da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	16.392,12	60.614,12
	16.392,12	60.614,12

NOTA 19. PROVISÕES

O detalhe da rubrica de "Provisões" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Provisões processos judiciais em curso (Nota 3)	70.000,00	0,00
	70.000,00	0,00

NOTA 20. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Rendimentos suplementares	16.883,75	14.700,40
Diferenças de câmbio		

Descontos de pronto pagamento		
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos na alienação de activos fixos tangíveis	1.620,80	
Prestação de serviços a subsidiárias e associadas (Nota 5)		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Outros	5.049,48	3.461,03
	<u>23.554,03</u>	<u>18.161,45</u>

0,02

NOTA 21. OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e em 31 de Dezembro de 2013 é conforme se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos e taxas	792,98	808,40
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	140,50	
Donativos		
Quotizações	1.450,00	950,00
Multas fiscais e não fiscais e penalidades contratuais	74,79	20,00
Indemnizações contratuais		
Outros	3,46	361,95
	<u>2.461,73</u>	<u>2.140,35</u>

NOTA 22. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Juros suportados:		
Financiamentos bancários	3.577,53	1.762,45
Locações financeiras (Nota 8)		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos de financiamento	650,00	
Comissões e encargos similares		
Outros financiamentos		
	<u>4.227,53</u>	<u>1.762,45</u>

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de Dezembro de 2013 são detalhados conforme se segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Juros obtidos:		
Depósitos em instituições de crédito	0,00	1.208,83

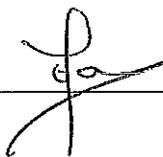
NOTA 23. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

No presente momento existem 2 processos a decorrer encontrando-se os mesmos provisionados de acordo com a informação disponíveis de momento.

Encontra-se ainda pendente de registo a dissolução e liquidação da sociedade, decretada em reunião de Assembleia geral da empresa datada de 14 Fevereiro de 2013. Esta situação, decorre, segundo o transmitido pela gerência, por impeditivos de ordem legal. Relativamente a esta questão, é também de salientar as alterações que podem advir da proposta de Lei nº /XII que a concretizar-se terá forte impacto deixando esta empresa de estar obrigada a dissolução e liquidação.

Felgueiras, 9 de Março de 2015

O Técnico Oficial de Contas



A Gerência Profissional
de Felgueiras Lda

Jose Carvalho Mendes

Carmentaria Oliveira Ferreira
Alma Louche

BALANÇO INDIVIDUAL
31/12/2014

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez-14	dez-13
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	3.2.1/6	50.122,07	64.723,19
Propriedades de investimento.....			
Goodwill.....			
Activos intangíveis.....			
Activos biológicos.....			
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial.....			
Participações financeiras - outros métodos.....			
Accionistas/sócios.....			
Outros activos financeiros.....	3.2.2/7	307,77	150,00
Activos por impostos diferidos.....			
		50.429,84	64.873,19
Activo corrente:			
Inventários.....	3.2.4/8	590,94	621,73
Activos biológicos.....			
Clientes.....	3.2.9/11	5.189,95	1.300,60
Adiantamentos a fornecedores.....	13	442,91	40,76
Estado e outros entes públicos.....	3.2.3/14	1.000,00	4.645,10
Accionistas/sócios.....			
Outras contas a receber.....	3.2.9/11	398.748,40	585.624,92
Diferimentos.....	12	4.830,67	6.205,03
Activos financeiros detidos para negociação.....			
Outros activos financeiros.....			
Activos não correntes detidos para venda.....			
Caixa e depósitos bancários.....	3.2.10/5	241.515,95	2.805,35
		652.318,82	601.243,49
Total do Activo		702.748,66	666.116,68

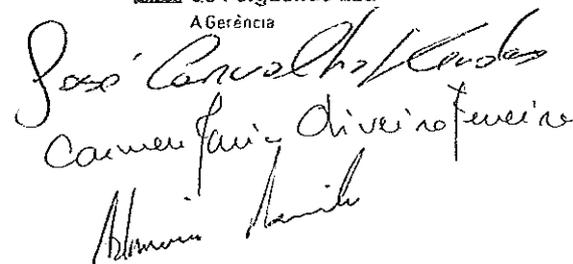
Página 1 de 2

O TECNICO OFICIAL CONTAS



**Ensino Profissional
de Felgueiras Lda**

A Gerência



BALANÇO INDIVIDUAL
31/12/2014

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		dez-14	dez-13
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	1	376.000,00	376.000,00
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....		2.889,78	2.105,19
Outras reservas.....			
Resultados transitados.....		(134.684,38)	18.374,21
Ajustamentos em activos financeiros.....			
Excedentes de revalorização.....			
Outras variações no capital próprio.....			
Resultado líquido do período.....	10	244.205,40 (16.160,97)	396.479,40 (152.274,00)
Interesses minoritários.....			
Total do capital próprio		228.044,43	244.205,40
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões.....	3.2.7/19	70.000,00	
Financiamentos obtidos.....			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego.....			
Passivos por impostos diferidos.....			
Outras contas a pagar.....			
		70.000,00	
Passivo corrente:			
Fornecedores.....	3.2.9/11	29.009,31	109.860,27
Adiantamentos de clientes.....			
Estado e outros entes públicos.....	14	28.212,36	39.389,54
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....	3.2.8/11	100.000,00	108.714,59
Outras contas a pagar.....	3.2.11/11	247.482,56	163.946,88
Diferimentos.....			
Passivos financeiros detidos para negociação.....			
Outros passivos financeiros.....			
Passivos não correntes detidos para venda.....			
		404.704,23	421.911,28
Total do passivo		474.704,23	421.911,28
Total do Capital Próprio e do Passivo		702.748,66	666.116,68



Ensino Profissional
de Felgueiras Lda
A.GERENCIA

Página 2 de 2

O TECNICO OFICIAL CONTAS

Jose Carlos da Costa
Carmen Faria Oliveira Pereira
Alimio Pereira

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

31-dez-14

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2014	2013
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	3.2.52/15	4.219,47	2.741,66
Subsídios à exploração.....	3.2.6/9	1.476.720,84	1.623.551,93
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	3.2.4/8	(10.836,97)	(12.671,54)
Fornecimentos e serviços externos.....	16	(541.743,58)	(765.865,59)
Gastos com o pessoal.....	17	(873.228,16)	(949.803,67)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....	3.2.7/19	(70.000,00)	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....	20	23.554,03	18.161,45
Outros gastos e perdas.....	21	(2.461,73)	(2.140,35)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.223,90	(86.026,11)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	18	(16.392,12)	(60.614,12)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(10.168,22)	(146.640,23)
Juros e rendimentos similares obtidos.....			1.208,83
Juros e gastos similares suportados.....	3.2.8/22	(4.227,53)	(1.762,45)
Resultado antes de impostos		(14.395,75)	(147.193,85)
Imposto sobre o rendimento do período.....	2.5/10	(1.765,22)	(5.080,15)
Resultado líquido do período		(16.160,97)	(152.274,00)

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no RL Exercício			
---	--	--	--

Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe.....			
Interesses minoritários.....			
Resultado por ação básico.....			

* - Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

O TECNICO OFICIAL CONTAS




A GERÊNCIA
Conselho Profissional
de Felgueiras Lda
A Gerência

Jose Carlos Mendes
Carreira José Oliveira Ferreira
Abreu Amil

DEMONSTRAÇÃO FLUXOS CAIXA

31-dez-14

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	1.300,60	4.663,48
Pagamentos a fornecedores	-	-583.987,72	-611.836,31
Pagamentos ao pessoal	-	-578.369,18	-553.234,78
Caixa gerada pelas operações	+/-	-1.161.056,30	-1.160.407,61
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-322,76	-7.443,68
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	1.306.190,22	1.036.549,48
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1) +/-	144.811,16	-131.301,81
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis	-	-2.064,06	-12.167,91
Activos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-	-7,77	-150,00
Outros activos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	+	198,80	
Activos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros activos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+		
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2) +/-	-1.873,03	-12.317,91
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+	513.335,12	108.714,59
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de Financiamento	+		1.208,83
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	-413.335,12	
Juros e gastos similares	-	-4.227,53	-1.762,45
Dividendos	-		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)	95.772,47	108.160,97
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	238.710,60	-35.458,75
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	2.805,35	38.264,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	3.044,95	2.805,35

NIF: 504 575 848

O TECNICO OFICIAL CONTAS



Ensino Profissional
A GERÊNCIA do Ensino Profissional
A Gerência do Ensino Profissional

José Carlos de Almeida
Carmen Faria de Jesus Ferreira
Al. ...

Entidade: EPF - Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 31/12/ 2014

DESCRÇÃO	NOTAS	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos do capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
6	1	376.000,00				2.105,19		18.374,21				-152.274,00	244.205,40		244.205,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização de excedente de revaloriz. de activos fixos tang. e intangíveis															
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tang. e intang. e respect. variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
7	10					784,59		-153.058,59				152.274,00	0,00		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						784,59		-153.058,59				152.274,00	0,00		0,00
8															
9=7+8															
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
10		376.000,00				2.889,78		-134.684,38				-16.160,97	228.044,43		228.044,43
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO															

O Técnico Oficial de Contas

NIF/ Matrícula
504 575 848

A Gerência



Ensino Profissional
de Felgueiras Lda

A Gerência

Jose Carlos Almeida
Carren Faria Oliveira Ferreira
Almeida

[Handwritten mark]



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, Lda. (EPF)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço de 702.749 euros e um total de capital próprio de 228.044 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16.161 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações descritas nas reservas abaixo indicadas, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Na sequência da Lei 50/2012, de 31 de agosto, fazendo cumprir o que dispõe o seu artigo 62º, foi, em 28 de Fevereiro de 2013, deliberado pelo Município de Felgueiras, a dissolução da sociedade.

A proposta aprovada referia também que as atividades passariam, no futuro, sem qualquer suspensão ou interrupção, a ser prosseguidas por uma nova entidade que deveria ser constituída antes do registo de liquidação.

Nestas circunstâncias, não tendo ainda sido constituída essa nova entidade e encontrando-se ainda pendente de registo a dissolução e liquidação da EPF, foi incluída uma reserva por limitação de âmbito e uma ênfase na certificação legal, por nós subscrita, em relação às contas reportadas a 31 de dezembro de 2013, que aqui damos por reproduzidas.

Neste exercício, tal como refere o relatório de gestão e o Anexo, foi já divulgada uma proposta de Lei da Presidência do Conselho de Ministros que, para além de esclarecer a possibilidade de as escolas profissionais serem detidas por municípios, clarifica o alcance do conceito de "subsídios à exploração" previsto no artigo 62º da Lei 50/2012, bem como exceciona a aplicação da sua alínea a) do nº1 às empresas locais que exerçam a título principal, a atividade de formação profissional.

Torna-se assim agora expectável que, por essas razões, a dissolução da EPF, venha a não ser obrigatória, pelo que não estará posta em causa a sua continuidade, nos termos da Lei 50/2012, podendo não se mostrar, portanto, necessária a constituição de qualquer provisão para fazer face às responsabilidades associadas a direitos laborais, nem deverem ser as contas da EPF, apresentadas numa óptica de liquidação.

8. A resposta de circularização do advogado, dá nota de dois processos judiciais em curso, movidos contra a Empresa. Para esse efeito, foi constituída uma provisão, no montante de 70.000 euros. Considerando a informação disponível, não nos é possível concluir sobre a razoabilidade do valor da provisão registada, bem como do impacto, se algum, dos resultados dos referidos processos judiciais, nas demonstrações financeiras da Empresa

OPINIÃO

9. Em nossa opinião exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita na reserva acima indicada,, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, numa óptica de continuidade de exploração, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **ENSINO PROFISSIONAL FELGUEIRAS, Lda.**, em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 12 de março de 2015

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

À Gerência e à Assembleia Geral do
Ensino Profissional de Felgueiras, Lda.

Felgueiras, 12 de março de 2015

Exmos. Senhores,

Como é do Vosso conhecimento, fomos nomeados em Assembleia Geral dessa sociedade, realizada em 17 de janeiro de 2014, como Revisores Oficiais de Contas.

De acordo com a Lei 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, que as empresas locais deverão nomear um fiscal único, cujas competências específicas se encontram elencadas no número 6 do artigo 25.º desse diploma, designadamente, emitir parecer sobre os instrumentos de gestão previsional bem como sobre o relatório de gestão e contas do exercício e informar semestralmente o Órgão Executivo do Município sobre a situação económica e financeira da empresa.

Por carta, datada de 11 de junho de 2014, demos nota a V.Exas. que as contas relativas ao exercício de 2013, apresentavam um resultado líquido negativo, antes de impostos, de 147.194 euros, que, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei 50/2012, obriga à realização de uma transferência financeira de igual montante, a cargo dos sócios, na proporção da respetiva participações social, com vista a equilibrar os resultados do exercício em causa. Tal transferência não foi realizada.

As contas agora em apreço, relativas ao exercício de 2014, apresentam também resultado líquido negativo, antes de impostos, de 14.396 euros, o que eleva o montante da transferência exigível a 161.590 euros.

Fazemos ainda notar que, de acordo com o artigo 54º, conjugado com artigo 67º, ambos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, deveria a sociedade ter apresentado o competente relatório de boas práticas de governo societário, no qual deverá constar informação atual e completa sobre os princípios de governo societário aí definidos.

Com os melhores cumprimentos,

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS - SROC, LDA
Representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (Roc nº 622)